

**INVENTARIAR PARA RESISTIR: O AFOXÉ PILÃO DE PRATA E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA EM GOIÁS****INVENTARIAR PARA RESISTIR: EL AFOXÉ PILÃO DE PRATA Y LA PRESERVACIÓN DE LA MEMORIA AFROBRASILEÑA EN GOIÁS****INVENTORY TO RESIST: THE AFOXÉ PILÃO DE PRATA AND THE PRESERVATION OF AFRO-BRAZILIAN MEMORY IN GOIÁS**

Recebido em: 19/06/2025

Aceito em: 30/08/2025

Publicado em: 04/11/2025

Norberto Ferreira Pinto<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de GoiásMaria Dailza da Conceição Fagundes<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Goiás

**Resumo:** Este trabalho apresenta um recorte parcial de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, realizada em parceria com a Associação Cultural Afoxé Pilão de Prata, na cidade de Goiás (GO). O objetivo é produzir conhecimento por meio de diálogos e análises patrimoniais sobre as manifestações culturais afro-brasileiras, com ênfase no acervo simbólico e identitário do Afoxé Pilão de Prata. A investigação discute os mecanismos de gestão e preservação do patrimônio cultural como formas de enfrentamento às desigualdades históricas e de promoção da equidade e do reconhecimento sociocultural. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base bibliográfica e etnográfica, articulando-se ao uso do inventário como dispositivo de valorização e salvaguarda de bens imateriais. O estudo dialoga com referenciais teóricos que tratam do patrimônio, da memória, da cultura afro-brasileira e da religiosidade de matriz africana. Destaca-se, nesse contexto, o papel do Decreto nº 3.551/2000 como marco legal fundamental para os processos de inventariação, contribuindo para o fortalecimento da preservação e visibilidade das expressões culturais negras enquanto patrimônio coletivo.

**Palavras-chave:** Patrimônio Imaterial; Inventariar; Afoxé Pilão de Prata; Cultura Afro-brasileira; Cidade de Goiás.

**Resumen:** Este trabajo presenta resultados parciales de una investigación de maestría en curso, desarrollada en colaboración con la Asociación Cultural Afoxé Pilão de Prata, en la ciudad de Goiás (Brasil). El objetivo es generar conocimiento mediante diálogos y análisis patrimoniales sobre las manifestaciones culturales afrobrasileñas, con énfasis en el acervo simbólico e identitario del Afoxé Pilão de Prata. La investigación discute los mecanismos de gestión y preservación del patrimonio cultural como formas de enfrentar desigualdades históricas y promover la equidad y el reconocimiento sociocultural. Se adopta un enfoque cualitativo, con base bibliográfica y etnográfica, articulado con el uso del inventario cultural como herramienta para valorar y salvaguardar bienes inmateriales. El estudio dialoga con marcos teóricos sobre patrimonio, memoria, cultura afrobrasileña y religiosidad de matriz africana. En este contexto, se destaca el papel del Decreto nº 3.551/2000 como hito legal fundamental para los procesos de inventariación, contribuyendo a la preservación y visibilidad de las expresiones culturales negras como patrimonio colectivo.

**Palabras-chaves:** Patrimonio Inmaterial; Inventariar; Afoxé Pilão de Prata; Cultura Afrobrasileña; Ciudad de Goiás.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: noferreira02@gmail.com

<sup>2</sup> Graduação, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente no curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: mariadcfagundes@gmail.com

**Abstract:** This paper presents partial results of an ongoing master's research developed in partnership with the Afoxé Pilão de Prata Cultural Association, located in the city of Goiás, Brazil. Its objective is to generate knowledge through heritage dialogues and analyses of Afro-Brazilian cultural manifestations, with emphasis on the symbolic and identity-based heritage of Afoxé Pilão de Prata. The study discusses mechanisms of cultural heritage management and preservation as strategies to confront historical inequalities and promote equity and sociocultural recognition. A qualitative approach is adopted, based on bibliographic and ethnographic methods, and centered on the use of cultural inventory as a tool for valuing and safeguarding intangible heritage. The research is grounded in theoretical frameworks on heritage, memory, Afro-Brazilian culture, and African-based religiosity. Within this scope, the Brazilian Decree No. 3.551/2000 is highlighted as a key legal milestone in inventory processes, contributing to the preservation and visibility of Black cultural expressions as collective heritage.

**Keyword:** Intangible Heritage; To Inventory; Afoxé Pilão de Prata; Afro-Brazilian Culture; City of Goiás.

## INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro tem sido um desafio constante no Brasil, onde as políticas patrimoniais historicamente privilegiaram bens materiais e manifestações culturais ligadas às elites brancas e ao cristianismo, marginalizando expressões culturais de matriz africana e afro-brasileira. A Cidade de Goiás<sup>3</sup>, reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2001, exemplifica essa realidade, pois sua narrativa patrimonial enfatiza a arquitetura colonial e as festividades religiosas católicas, enquanto manifestações culturais afrodescendentes, como o afoxé e os blocos afro, permanecem sub-representadas nos discursos institucionais e nas políticas de preservação. Dessa maneira, esse trabalho apresenta possibilidades de romper com “visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista” (Iammamoto, 2009, p. 27).

Diante dessa observação o presente estudo tem por finalidade produzir conhecimento, por meio de diálogos patrimoniais acerca das manifestações e do patrimônio cultural da Associação Cultural Afoxé Pilão de Prata, localizado no município de Goiás, do setor Santa Bárbara, parte periférica do município de Goiás. Com o intuito de demonstrar toda força cultural e ancestral afro-brasileira e negra que existe, reside e resiste no município. Oportunizando uma visibilidade cultural e social de manifestações, blocos e afoxés, evidenciando seu caráter social, educacional e histórico.

---

<sup>3</sup> A cidade de Goiás foi fundada em 1727, sendo resultado do movimento de internalização de Portugal em busca de ouro no século XVIII e XIX. Fica situada no centro-oeste do país, foi sede do Estado de Goiás entre os séculos XVIII e XX. Goiás, está centralizada nos entornos de algumas serras. A cidade também é fortemente conhecida pelos nomes de Vila Boa e Goiás Velho. Em 1978, a cidade recebe o reconhecimento de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em 2001, a agnição de Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO. O reconhecimento veio provavelmente pelo valor de preservação das propriedades arquitetônicas vernacular coloniais, entretanto claramente existe outros fatores que serviram para a concessão do título.

É notório observar que ao investigarmos e pesquisarmos a fundo o processo de construção dos patrimônios culturais que formam e compõem a Cidade de Goiás fica evidente que a maior parte (se não toda) dessas produções se fez da mão de obra escravizada, em específico, o povo negro.<sup>4</sup> Diante disso, a proposta dessa pesquisa visa demonstrar os conflitos das políticas públicas do patrimônio cultural, mas ao mesmo tempo evidenciar um patrimônio cultural existente na cidade de Goiás, o Afoxé Pilão de Prata e através da política do Decreto nº 3551/2000<sup>5</sup> enfatizar a valorização e a preservação da cultura negra em toda sua expressividade e representatividade cultural.

Parte da inquietação que caracterizou o objeto dessa pesquisa se dá por compreender os conflitos existentes nas políticas públicas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. E quando isso se volta para a Cidade de Goiás (uma cidade-patrimônio) é notório perceber que a valorização dos patrimônios locais por muitas vezes, são atrelados apenas aos grupos da elite colonial europeia, tanto ao reconhecimento como patrimônios, a sua valorização estética e cultural, uma vez que o município de Goiás possui em sua maioria pessoas negras (pardos e pretos retintos e não retintos) e outros elementos simbólicos de culturas não-hegemônicas.

Através da compreensão sobre a cultura e o jogo de poder que existe entre elas, percebe-se que a cultura e a religiosidade de matrizes africanas sempre ficaram inviabilizadas e esquecidas na maior parte do território brasileiro – e no Estado de Goiás não é diferente. Na medida em que tais culturas e práticas culturais surgem, é importante reconhecer a luta e resistência do povo negro, que sempre esteve à beira e a margem da invisibilidade social e do esquecimento. A necessidade desse reconhecimento na busca constante pela equidade racial e cultural da população negra é o que tornará este trabalho interessante.

A transformação das referências culturais dos afro-brasileiros em patrimônio da cultura nacional no Brasil é fenômeno recente e resulta do processo de democratização do estado e da sociedade, onde se evidencia um movimento crescente de casos de solicitação de tombamento e registro de bens da cultura afro-brasileira de matriz africana, desde a segunda metade dos anos oitenta com ampliação a partir do ano dois mil (Oliveira, 2019, p. 1).

O estudo parte da premissa de que o processo de proteger e salvaguardar um patrimônio não deve ser apenas um mecanismo de conservação para bens históricos (apresentado pela

---

<sup>4</sup> O termo povo negro se refere aos indígenas nativos do município de Goiás, negros escravizados, quilombolas e outros.

<sup>5</sup> Esse decreto se refere ao mecanismo de salvaguarda do Registro de Bens de Natureza Imaterial.

narrativa oficial), mas também uma ferramenta de resistência, identidade e reconhecimento sociocultural. Assim, por meio do Decreto nº 3351/2000 como política pública, através do dispositivo do inventário, em que se apresenta como um instrumento essencial para a documentação, valorização e preservação de práticas e expressões culturais, a pesquisa apresentará sua relevância de maneira comunitária e democrática. Sônia Florêncio *et al.* (2016), afirma que esse mecanismo permite que as próprias comunidades participem da identificação e registro de seus patrimônios.

A invisibilização da cultura afro-brasileira no processo de patrimonialização da cidade de Goiás reflete uma dinâmica mais ampla da história brasileira, em que o reconhecimento do legado negro sempre esteve em segundo plano. José Jorge de Carvalho (2004), apresenta que embora os africanos e seus descendentes tenham sido fundamentais na construção da história do Brasil (e dos seus patrimônios) sua presença e suas contribuições são frequentemente relegadas ao esquecimento ou transformadas em meros produtos turísticos, esvaziados de seu significado original. Dessa maneira, o Pilão de Prata, nesse contexto, emerge como um símbolo de resistência e ressignificação do território vilaboense, reivindicando a ocupação de espaços historicamente negados à população negra.

Assim, a pesquisa busca responder à seguinte questão: de que maneira a política pública do Registro de Bens de Natureza Imaterial, por meio do mecanismo de inventariação pode contribuir para a preservação e valorização do Afoxé Pilão de Prata como patrimônio afro-brasileiro na Cidade de Goiás? A hipótese central é que a formalização do Decreto nº 3351/2000 e do inventário podem fortalecer a salvaguarda desse patrimônio negro, garantindo sua permanência, reconhecimento institucional e continuidade geracional. Além disso, a investigação pretende demonstrar como o reconhecimento do Pilão de Prata enquanto patrimônio cultural vilaboense pode promover a equidade na representação cultural e contribuir para políticas públicas mais inclusivas na cidade.

Estruturalmente o artigo se desenvolverá primeiramente sobre o diálogo da historiografia e conceitos do patrimônio, cultura negra, religiosidade de matriz africana, cultura afro-brasileira, a Cidade de Goiás e as referências culturais do Afoxé Pilão de Prata. Em segundo momento visa apresentar os primeiros processos metodológicos, os resultados, discussões sobre a importância do Decreto nº 3351/2000 por meio do inventário e as considerações finais que visam reforçar a necessidade do pensar sobre os mecanismos de preservação e da ação efetivas sobre essas políticas em torno das manifestações

afrodescendentes, com intuito de enfatizar sua contribuição para a luta por reconhecimento, equidade e representatividade cultural.

## METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa é fruto de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica (que está em andamento), utilizando da historiografia, do Decreto n 3351/2000 por meio do processo de inventariar como uma possibilidade de salvaguardar e proteger esse bem cultural vilaboense: o Pilão de Prata. Assim, conforme Átila Tolentino (2018), pensamos em utilizar da abordagem dos inventários participativos, que permitem que a própria comunidade defina e registre suas referências culturais. Conforme Florêncio *et al.* (2014, p. 19) “os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais”.

Essa abordagem reforça a ideia de que a patrimonialização da cultura afro-brasileira deve ocorrer a partir do protagonismo das comunidades detentoras desse patrimônio, e não apenas por meio de decisões institucionais externas.

Historicamente, o conceito de patrimônio no Brasil esteve associado a uma perspectiva eurocêntrica, que privilegiava edificações coloniais e tradições ligadas às elites dominantes. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, foi responsável por definir os critérios para a proteção dos bens culturais no país, priorizando, em sua maioria, igrejas, palácios e monumentos coloniais (Chuva, 2020). Esse modelo excludente começou a ser contestado a partir da segunda metade do século XX, quando o conceito de patrimônio cultural se ampliou para incluir bens imateriais, como festas populares, saberes tradicionais e manifestações culturais afro-brasileiras (Tolentino, 2018).

Tolentino (2018), afirma que essa metodologia parte da premissa de que os grupos sociais detentores de um patrimônio devem ser os principais responsáveis por sua identificação e documentação, garantindo que suas referências culturais sejam preservadas de maneira autêntica e significativa.

No caso do Pilão de Prata, a realização desse processo de inventariar suas referências e simbologias podem desempenhar um papel crucial na consolidação de sua identidade como patrimônio afro-brasileiro vilaboense, fortalecendo sua salvaguarda e garantindo sua continuidade. Além disso, a patrimonialização dessa manifestação contribui para a ampliação

do debate sobre a diversidade cultural no município, promovendo maior reconhecimento e valorização das expressões afrodescendentes.

A pesquisa, ainda em andamento, teve início com uma roda de conversa com integrantes da comunidade e agentes culturais do Afoxé Pilão de Prata. O encontro buscou dialogar sobre o valor simbólico e histórico da manifestação no contexto da Cidade de Goiás, priorizando uma construção coletiva do projeto de mestrado. A proposta rompe com a lógica vertical de pesquisa, valorizando os saberes locais e promovendo o protagonismo da própria comunidade na identificação dos bens culturais que consideram representativos, dentro e fora do afoxé.

Nos primeiros contatos com a comunidade do Afoxé Pilão de Prata, foram realizadas rodas de memória como prática inicial e simbólica, priorizando o diálogo e o olhar dos próprios detentores culturais sobre o que consideram patrimônio, invertendo a lógica tradicional da pesquisa. As entrevistas ainda serão realizadas em etapa posterior, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a estrutura organizacional do afoxé, seus elementos culturais — como vestimentas, músicas, cores — e a relação com a religiosidade de matriz africana, aspectos fundamentais para o fortalecimento identitário do grupo.

Assim, a preservação da memória e da identidade afro-brasileira exige a ampliação das políticas patrimoniais e a adoção de metodologias mais inclusivas, que reconheçam as manifestações culturais negras como parte essencial do patrimônio nacional e muitas cidade-patrimônios como em Goiás. É importante destacar que os resultados apresentados até o momento representam apenas um recorte parcial, considerando que a pesquisa ainda está em andamento.

## **A CIDADE DE GOIÁS E A ANCESTRALIDADE NEGRA**

A Cidade de Goiás, antiga capital do estado homônimo, possui uma história profundamente marcada pela presença e contribuição da população negra e indígena. Fundada em 1727, no contexto da exploração aurífera promovida pelo colonizador Bartolomeu Bueno Filho, Goiás foi um dos principais polos da mineração no Brasil colonial. Essa atividade, no entanto, esteve diretamente ligada à escravização de africanos e indígenas, que desempenharam papel essencial na construção do território e na consolidação das estruturas sociais e culturais do município.

Ao longo do processo de desenvolvimento e transformação da Cidade de Goiás, percebe-se que muitas narrativas históricas foram construídas de forma a apresentar uma imagem idealizada do passado, buscando encantar e comover a sociedade. No entanto, uma



análise mais aprofundada dessas narrativas revela que, muitas vezes, elas ocultam memórias de exclusão e dor, chegando até mesmo a romantizar o processo de colonização ocorrido na região.

Ao examinarmos a validação dos patrimônios culturais que compõem a Cidade de Goiás como Patrimônio Mundial, torna-se evidente que a maior parte das construções reconhecidas está diretamente vinculada ao período colonial e ao bandeirantismo. Essa valorização seletiva beneficiou apenas o grupo historicamente dominante, tanto no que diz respeito ao reconhecimento quanto à preservação e promoção desses bens. Como consequência, outros grupos, culturas e expressões simbólicas, ainda vivas e atuantes na cidade, continuaram sendo invisibilizadas e marginalizadas dentro desse campo.

A história do patrimônio cultural no Brasil demonstra uma priorização dos bens materiais em detrimento das manifestações imateriais, e essa lógica se reflete em Goiás. Apesar da cidade possuir uma rica ancestralidade cultural, por meio das festividades, rituais e práticas tradicionais do povo negro, esses elementos frequentemente recebem menos atenção em comparação às edificações tombadas e aos monumentos históricos.

Conforme argumenta Andreia Ferreira Delgado (2005), o tombamento de construções arquitetônicas não apenas preserva elementos materiais do passado, mas também sustenta uma narrativa histórica oficial que privilegia a visão das elites. Embora esse processo seja relevante para a conservação do patrimônio edificado, ele perpetua uma memória seletiva e excludente, que desconsidera a contribuição de comunidades marginalizadas, como os afrodescendentes e os povos indígenas. Esse modelo restritivo de preservação reforça desigualdades históricas e mantém hierarquias culturais que favorecem determinados grupos em detrimento de outros.

Antes da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 3551/2000, a ausência que se tinha de políticas patrimoniais que incluíssem efetivamente a proteção dos patrimônios intangíveis revelava uma limitação significativa na gestão da memória coletiva. Tornando-se urgente uma reformulação das estratégias de preservação, para garantir a valorização de narrativas diversas e promovendo um reconhecimento mais amplo da riqueza cultural da Cidade de Goiás.

Historicamente, a cultura afro-brasileira tem sido excluída do discurso patrimonial da cidade de Goiás, onde há uma valorização predominante das tradições católicas e dos monumentos ligados à elite colonial. Um exemplo claro é a Procissão do Fogaréu, amplamente reconhecida e promovida institucionalmente, enquanto manifestações negras como os afoxés, blocos afro e encontros de tambores seguem com pouco reconhecimento e apoio. Mesmo no

tombamento da cidade como Patrimônio Mundial, o IPHAN destacou a arquitetura colonial e a religiosidade católica, sem mencionar a contribuição da cultura negra para a identidade local.

O município de Goiás abriga uma diversidade cultural marcada pela forte presença afro-brasileira e quilombola, expressa em comunidades, territórios, espaços, expressões e manifestações culturais educativas que resistem ao apagamento histórico e reafirmam a identidade negra no município.

Entre os territórios de preservação da ancestralidade negra, destaca-se o Quilombo Alto Santana, reconhecido oficialmente em 2017 após intensa luta da comunidade pelo direito à certificação quilombola (Santos *et al.*, 2021). Antigamente chamado de "Chupa Osso", nome que remete às condições de pobreza vividas pelos moradores, segundo Izabela Tamasso (2007), o local consolidou-se como espaço de resistência, preservação cultural e fortalecimento identitário. A Associação Quilombola Alto Santana (AQAS) desenvolve ações como oficinas de arte, culinária tradicional e eventos culturais, como samba de roda, capoeira e feiras artesanais, reafirmando os saberes e práticas da comunidade.

A cidade também se destaca por iniciativas educacionais que incorporam saberes afro-brasileiros e indígenas, como a Escola Pluricultural Odé Kayodê (EPOK). Criada no final da década de 1990 e formalizada como instituição de ensino em 2004, a escola adota uma metodologia e “atividades educativas, formativas e culturais com temas relacionados às questões indígenas, africanas e afro-descendentes, educação ambiental e ecologia humana” (Filho; Souza, 2024, p. 32).

As manifestações culturais afro-brasileiras desempenham um papel essencial na preservação da ancestralidade negra em Goiás. A capoeira, reconhecida pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2008 e pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2014, continua viva através de grupos como Meninos de Angola, No Pé do Berimbau e Candeias. Além disso, o Afoxé Pilão de Prata, fundado em 2007, resgata a musicalidade, a espiritualidade e os saberes africanos, sendo referenciado no *INRC - Interrelações Semânticas e Contextualização Simbólica da Cidade de Goiás e Entorno (2014)* na categoria de Celebrações.

Essas manifestações reafirmam a presença da ancestralidade africana e afro-brasileira no município, fortalecendo a identidade cultural e combatendo o apagamento histórico da contribuição afro-brasileira para a formação de Goiás. No entanto, ainda existem desafios no processo de patrimonialização e preservação desses bens culturais.



Diante dessa realidade, torna-se urgente a necessidade de revisão das políticas patrimoniais e dos discursos históricos sobre Goiás, de modo a incluir e valorizar as referências culturais afrodescendentes. O reconhecimento dessa ancestralidade negra da cidade é um passo essencial para combater o racismo estrutural e garantir que a memória coletiva do município seja representativa de sua diversidade étnico-cultural.

## **O AFOXÉ PILÃO DE PRATA DA CIDADE DE GOIÁS COMO PATRIMÔNIO VILABOENSE**

O Afoxé Pilão de Prata da cidade de Goiás foi fundado em 2007 pelo historiador e mestre em História Paulo Sérgio Ferreira, com o objetivo de valorizar e preservar as manifestações culturais afro-brasileiras no município. Inicialmente o grupo desenvolveu suas atividades pelas ruas da antiga Vila Boa de Goiás mostrando seu axé e ancestralidade, e rapidamente se consolidou como um importante movimento e espaço de resistência e fortalecimento da identidade negra na região. Em 2009, o Pilão de Prata passou a integrar oficialmente a programação carnavalesca da cidade, consolidando-se como uma referência cultural afro-brasileira no município.

O Bloco Pilão de Prata surge a partir das vivências da cultura dos antigos blocos afro que já existiam na cidade de Goiás e experiências vividas no Ayó Delè por Paulo Sergio Gomes Ferreira. Paulo Sérgio é natural da Cidade de Goiás e teve suas origens sócio culturais ligadas à União e ao Ayó Delè. Juntamente com a Ialorixá Luciene Bomfim, Salvador, Ba, fundaram em 2007 o Pilão de Prata na comunidade do Quilombo de Santa Bárbara (Souza, 2019, p. 55).

A atuação do Afoxé Pilão de Prata vai além do carnaval. O grupo promove atividades educativas, oficinas culturais e debates sobre questões raciais, buscando combater a intolerância religiosa e fortalecer o pertencimento identitário da população afrodescendente. Suas apresentações incorporam elementos da religiosidade de matriz africana e afro-brasileira, como cantos em iorubá, as danças dedicadas aos orixás, além utilização das vestimentas características e os instrumentos tradicionais de um afoxé

Segundo Raul Giovanni Lody (1976, p. 3), o afoxé é um “cortejo de rua que tradicionalmente sai durante o carnaval. [...] fundamentam-se os praticantes em preceitos religiosos ligados ao culto dos orixás, motivo primeiro da existência e realização dos cortejos”.

No entanto, a trajetória do Pilão de Prata tem sido marcada por desafios e obstáculos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e apoio institucional. Diferentemente das

festividades católicas, que recebem amplo suporte governamental, as manifestações culturais negras frequentemente são reduzidas a meros espetáculos folclóricos sem a devida valorização de seu significado histórico e cultural (Carvalho, 2004).

Esse processo de desvalorização das expressões culturais afro-brasileiras no município reflete um fenômeno mais amplo, em que práticas tradicionais negras são frequentemente apropriadas pelo turismo e pelo entretenimento, esvaziando-se de sua essência e significado original. José Jorge de Carvalho, discute que “a performance, em tais casos, deixa de ser simplesmente resumida ou condensada para ser morta, por ausência de tempo de vida. É o tempo espesso, aberto e vivo do sagrado que morre” (Carvalho, 2004, p. 8). Isso mostra que, quando manifestações culturais são transformadas em produtos e consumo, correm o risco de perder sua função de resistência e empoderamento, tornando-se apenas mais um item na indústria do entretenimento.

Diante desse contexto, o Afoxé Pilão de Prata não apenas resiste como um espaço de celebração da cultura afro-brasileira, mas também reivindica seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial da Cidade de Goiás. A luta pela patrimonialização dessa manifestação se insere em um movimento mais amplo de valorização da cultura negra e de enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil.

### **O INVENTÁRIO CULTURAL COMO AÇÃO DE SALVAGUARDA: O DECRETO Nº 3.551/2000 E O RECONHECIMENTO DE SABERES AFRO-BRASILEIROS**

A promulgação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, representou um divisor de águas nas políticas de patrimônio no Brasil. Até então, o modelo predominante desde o Decreto-Lei nº 25/1937 havia priorizado a proteção de bens materiais, em especial edificações e monumentos vinculados à história oficial e à elite colonial. Com a criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o novo decreto institucionalizou a salvaguarda de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares — categorias fundamentais para reconhecer a diversidade cultural brasileira em suas múltiplas dimensões simbólicas e sociais (Brasil, 2000). Essa nova política patrimonial impactou para um novo olhar sobre patrimônio imaterial, atribuindo-lhe valor, significado, importância e relevância social.

Esse marco legal provocou não apenas uma expansão do conceito de patrimônio cultural, mas também debates teóricos e metodológicos acerca da memória, identidade e dos sujeitos detentores desses bens. Ele viabilizou o reconhecimento de práticas tradicionalmente

marginalizadas, como as expressões afro-brasileiras, indígenas e populares, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas patrimoniais de cunho eurocêntrico (Chuva, 2020).

A partir dessa política, novos mecanismos de salvaguarda foram instituídos, entre eles o inventário cultural, destacado como uma ferramenta fundamental para caracterizar, categorizar, organizar e identificar referências culturais de bens intangíveis. Pensar o inventário cultural como instrumento para a salvaguarda do Afoxé Pilão de Prata enquanto patrimônio cultural vilaboense é, portanto, reconhecer seu valor simbólico e social, além de representar um gesto concreto de reparação histórica em um território que, por décadas, negou e invisibilizou a cultura negra. Florêncio *et. al.*, (2016, p. 7), define que “inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local”.

Quando novas práticas culturais passam a ser reconhecidas como patrimônio, por seu valor cultural, histórico e artístico, o processo de patrimonialização torna-se também um ato de descolonização. Esse reconhecimento rompe com concepções tradicionais — muitas vezes ligadas a estruturas religiosas, políticas e sociais — que historicamente limitaram a valorização da diversidade. Tais “tradições culturais” podem, em muitos casos, restringir o avanço de uma sociedade verdadeiramente equitativa, inclusiva e democrática, ao desconsiderarem saberes e expressões de grupos historicamente marginalizados.

A partir de uma abordagem participativa e dialógica, o inventário cultural se torna mais do que um processo técnico: é um ato político e educativo, que reconhece a comunidade como agente central na definição de seu patrimônio. Nesse sentido, Tolentino (2018) propõe os inventários participativos como ferramentas coerentes com a perspectiva decolonial, uma vez que deslocam o olhar hegemônico e colocam as comunidades na posição de sujeitos que produzem, narram e salvaguardam suas próprias memórias. Segundo o autor:

Os inventários participativos, baseando-se no trabalho com a memória social, partem da premissa de que os próprios grupos e comunidades possam assumir, em primeira pessoa, a identificação, o registro e a seleção das referências culturais significativas para a formação de suas identidades e memórias coletivas (Tolentino, 2018, p. 57).

No entanto, os desafios para uma política de patrimônio inclusiva persistem. A experiência brasileira mostra que, mesmo após o decreto, os processos de patrimonialização ainda oscilam entre uma abordagem democratizante e outra que reproduz estruturas de poder.

A educação patrimonial, muitas vezes tratada apenas como “alfabetização cultural”, acaba por reforçar modelos impositivos e hierárquicos. Fernando Siviero (2015) critica essa visão e alerta para o risco de se utilizar a educação como ferramenta de transmissão unilateral, em que “detentores de conhecimento” impõem sua cultura aos que são vistos como carentes de saber

Segundo, Flavio Silveira e Marcia Bezerra “a perspectiva conscientizadora deve ser substituída pela sensibilização e pela participação crítica acerca do valor da paisagem patrimonial” (Silveira; Bezerra, 2007, p. 87-88). Acrescenta ainda “antes de interpretarmos as paisagens e os objetos como bens patrimoniais, devemos considerar que tais elementos estão imersos numa complexa teia de significações” (Silveira; Bezerra, 2006, p. 90).

Dessa forma, o inventário cultural, ancorado no Decreto nº 3.551/2000, constitui-se como uma estratégia efetiva para registrar, proteger e legitimar o Afoxé Pilão de Prata como patrimônio cultural afro-brasileiro vilaboense, ampliando o reconhecimento institucional, social e político de sua importância. A salvaguarda, nesse sentido, não é apenas uma política técnica, mas uma afirmação de direitos culturais, de memória e de pertencimento para os povos historicamente excluídos dos discursos oficiais sobre o patrimônio nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu refletir sobre as disputas e desigualdades históricas que permeiam as políticas de preservação patrimonial no Brasil, especialmente em relação às expressões culturais afro-brasileiras. A partir da análise da Associação Cultural Afoxé Pilão de Prata e da aplicação do Decreto nº 3.551/2000, foi possível compreender o inventário cultural como instrumento estratégico de resistência, valorização simbólica e fortalecimento identitário da cultura negra na cidade de Goiás. Aprendeu-se, ao longo da pesquisa, que o reconhecimento de práticas culturais como patrimônio imaterial não se limita a registros burocráticos, mas envolve o enfrentamento de estruturas coloniais que por muito tempo invisibilizaram saberes, memórias e territorialidades negras. O Afoxé Pilão de Prata, ao protagonizar sua própria história, emerge como símbolo vivo da ancestralidade africana, reivindicando seu lugar nos processos de patrimonialização local.

Os objetivos do estudo foram alcançados na medida em que se demonstrou como o inventário cultural, articulado à política pública do Registro de Bens de Natureza Imaterial, pode contribuir para a salvaguarda de manifestações culturais marginalizadas. A pesquisa também evidenciou a importância de metodologias participativas e decoloniais na construção de processos mais democráticos e inclusivos de preservação cultural.

Entretanto, reconhece-se que o estudo possui limitações, sobretudo por se tratar de uma de um recorte parcial de um trabalho que está em desenvolvimento. Os próximos passos e investigações futuras podem ampliar esse olhar, comparando experiências de salvaguarda em outros contextos quilombolas e urbanos, aprofundando a compreensão das relações entre memória, identidade e reconhecimento institucional.

Por fim, acredita-se que fortalecer instrumentos como o inventário cultural, especialmente quando conduzido pelas próprias comunidades, é um passo fundamental para reparar ausências históricas e construir políticas patrimoniais comprometidas com a pluralidade, a equidade e o direito à memória.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento**. Série Antropologia, Brasília: UnB, n. 354, 2004.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (org.). **Seminários DEP/FLUP**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 1, 2020.

DELGADO, Andrea Ferreira. Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade". In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113–143, jan./jun. 2005.

FLORENCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação patrimonial: inventários participativos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2016.

FLORENCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Inter-relações semânticas e contextualização simbólica – Cidade de Goiás/GO**. Brasília: IPHAN, 2014.

LODY, Raul. Afoxé. **Caderno de Folclore 7**. Rio de Janeiro: MEC/ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1976.

SANTOS, Fabrício Ferreira dos *et al.* Feira do Quilombo Alto Santana: processos de criação em comunidade como forma de vida e empoderamento. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 6, n. 2, p. 339–370, 2021.

SILVEIRA, Flávio Leonel de Abreu; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 81–97.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, n. 19, p. 80–108, 2015.

SOUZA, Washington Fernando. **Musealidade do sagrado e profano: intersecções afro-religiosas no carnaval na Cidade de Goiás**. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2019.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Inventários participativos e patrimônio cultural imaterial: contribuições para a educação patrimonial em perspectiva decolonial. **Revista Brasileira de Educação Patrimonial**, v. 5, n. 2, p. 50–68, 2018.